



Tribunal de Contas do Distrito Federal

GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE A15

Proc.: 17.175/15

Processo n.º: 17.175/15

Jurisdicionada: Diversos Órgãos e Entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal

Assunto: Auditoria de Regularidade

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefipe

Advogada: Dr^a. Juliana Almeida Barroso Moreti (OAB/DF n.º 21.249)

Resumo: Auditoria realizada em vários órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal, tendo por objeto verificar a regularidade da concessão e dos pagamentos dos Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade.

Elaboração do Relatório Final de Auditoria.

Constatação da regularidade dos procedimentos adotados por alguns órgãos e determinações a outros (Decisão n.º 1.985/17-CMM). Cumprimento parcial.

Novas determinações e alerta aos dirigentes da Fundação Hemocentro de Brasília – FHB/DF, da Central de Abastecimento do Distrito Federal - Ceasa/DF e da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal - Metro/DF quanto à possibilidade de aplicação da penalidade de multa pelo descumprimento injustificado de deliberação da Corte (Decisão n.º 896/18-CMM). Remessa de documentos.

Oferecimento de denúncia anônima, apontando suposta ilegalidade no recebimento de adicional de insalubridade por agentes de trânsito.

Não conhecimento da peça, determinação à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, à então Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal e ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran/DF, bem como alerta a estas duas últimas jurisdicionadas a respeito do que dispõe o art. 57, inciso IV da Lei Complementar n.º 1/94 (Decisão n.º 1.077/19-CMM).

Interposição de Pedidos de Reexame pelo Detran/DF e pelo Sindicato dos Servidores das Carreiras que compõem os Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito do Distrito Federal – Sindetran/DF. Conhecimento dos apelos, no efeito suspensivo (Decisão n.º 1.814/19-CPT).



Provimento parcial dos recursos e determinação à então Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal - SEEC/DF para que envidasse esforços no sentido de atualizar o Laudo Pericial n.º 75/2003 para regularização das concessões de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade no âmbito do Detran/DF (Decisão n.º 452/20-CPT).

Oposição de Embargos de Declaração pelo Sindetran/DF. Conhecimento do apelo e, no mérito, rejeição (Decisão n.º 1.668/20-CPT).

Petição formulada pelo Sr. Edivaldo José dos Santos indicando possíveis irregularidades no pagamento do Adicional de Insalubridade pela Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília.

Requerimento do Detran/DF no sentido de que este Tribunal determinasse à então Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal o cumprimento da Decisão n.º 452/20-CPT.

Denúncia anônima protocolada na Ouvidoria desta Corte de Contas, acerca de possível recebimento ilegal de insalubridade por servidores do Detran/DF.

Conhecimento dos documentos, cumprimento parcial da Decisão n.º 1.077/19-CMM, prejudicadas algumas diligências em decorrência da edição da Lei Complementar n.º 956/19 e novas determinações à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal, à então Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal e ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Decisão n.º 4.236/22-CMM).

Pedidos de cópia integral dos autos formulados pelo Sr. Edivaldo José dos Santos e pelo Sindicato dos Servidores das Carreiras que compõem os Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito do Distrito Federal.

Nesta fase: análise das solicitações.

DECIDO pelo deferimento dos pleitos.



DESPACHO SINGULAR N.º 232/23-GCAC

Cuidam os autos de Auditoria de Regularidade realizada em vários órgãos do Complexo Administrativo do Distrito Federal, com o objetivo de verificar a regularidade dos pagamentos de Adicionais de Insalubridade e de Periculosidade, bem como os respectivos procedimentos de concessão dessas vantagens.

2. Na Sessão de 28.09.2022, o Tribunal, acolhendo Voto do então Relator, Conselheiro MÁRCIO MICHEL, exarou a Decisão n.º 4.236/22 (e-doc A93E2EEB-e), *in verbis*:

DECISÃO N.º 4.236/22-CMM

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 2438/2019 - SEFP/GAB, da atual Secretaria de Economia do Distrito Federal (Peça nº 210); do Ofício SEIGDF nº 950/2019 – SSP/GAB (Peças nºs 243 e 274); do Ofício nº 2121/2020 - SEEC/GAB (Peça nº 263); dos requerimentos apresentados à Ouvidoria desta Corte pelo Sr. Edivaldo José dos Santos e respectivos documentos (Peças nºs 244 a 259, 275 e 276); da petição apresentada pelo DETRAN/DF (Peça nº 293); e dos documentos relativos à denúncia anônima feita junto à Ouvidoria do Tribunal (Peças nºs 294/303); II – considerar prejudicadas as determinações constantes da alínea “a” do item V da Decisão nº 1.077/2019, haja vista a superveniência de alteração legislativa por meio da LC nº 956/2019; III – considerar parcialmente cumprida a alínea “b” e não atendida a alínea “c” do item V da Decisão nº 1.077/2019; IV – determinar que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Distrito Federal apresente os laudos técnicos que embasam o pagamento do Adicional de Periculosidade aos Agentes de Execução Penal, em especial, dos listados no Quadro II do Anexo I, bem como os que fundamentam o Adicional de Insalubridade aos elencados no Quadro I do Anexo I; b) a Secretaria de Economia do Distrito Federal corrija o Adicional de Insalubridade recebido por Carlos Alberto da Silva, Técnico de Manutenção, Matrícula nº 53841-8, visto que ele faz jus a 20% (vinte por cento) do salário mínimo e recebe 40% (quarenta por cento), atentando para o ressarcimento do indevidamente recebido, bem como, em relação ao empregado da TCB, Edivaldo José dos Santos, Matrícula nº 53038-7, se foi adotada alguma providência à luz do disposto na Nota Técnica SEI-GDF nº 106/2018 - SEPLAG/GAB/AJL/UNP e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho nº GST 134/2019 sobre a natureza declaratória do LTCAT; c) o Departamento de Trânsito do Distrito Federal observe os termos do item V.c da Decisão nº 1077/2019 (na redação dada pela Decisão nº 452/2020), e tendo em conta os parâmetros estabelecidos no item V, “c.1”, justifique o pagamento



de forma generalizada e habitual do Adicional de Insalubridade no período de janeiro de 2020 a outubro de 2021, juntando documentação comprobatória do atendimento daqueles critérios; V – alertar o Departamento de Trânsito do Distrito Federal, para adoção das providências de sua competência indicadas pela Gerência de Segurança do Trabalho da Subsaúde/SEEC, relatadas no Ofício nº 2119/2020 – SEEC/GAB (fls. 4/6 do edoc 7D0EF9DE – Peça nº 263), por ser a unidade responsável no âmbito distrital pelo controle do cumprimento das normas e programas em segurança do trabalho; VI – autorizar a remessa de cópia da Informação - DIFIPE1 (inclusive do Anexo I), do relatório/voto do Relator e desta decisão às jurisdicionadas indicadas no item IV, supra, para subsidiar a adoção das providências determinadas.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, MÁRCIO MICHEL e ANDRÉ CLEMENTE. Participou o representante do MPJTCD, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.”

3. Nesta fase, analisa-se as solicitações de cópia integral dos autos, formuladas pelo Sr. Edivaldo José dos Santos (e-doc 2895F474-c) e pelo Sindicato dos Servidores das Carreiras que Compõem os Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito do Distrito Federal – Sindetran/DF¹ (e-doc A6EF0FE6-e).

4. Não vejo óbice em deferir os pedidos dos requerentes. A pretensão à tutela jurídica insculpida no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, assegura à parte interessada acesso à informação de todos os atos praticados no processo e os elementos constitutivos nele constantes de sorte que esta possa exercer em sua plenitude o contraditório e a ampla defesa, se for o caso.

Ante o exposto, DECIDO:

I. conhecer dos e-docs 2895F474-c e A6EF0FE6-e;

II. conceder, com fulcro no art. 5º, incisos XIV, XXXIII e LX, da Constituição Federal, o fornecimento de cópia integral dos autos ao Sr. Edivaldo José dos Santos e ao Sindicato dos Servidores das Carreiras que Compõem os Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito do Distrito Federal –

¹ O Sindicato dos Servidores das Carreiras que Compõem os Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito do Distrito Federal – Sindetran/DF encontra-se representado pela Drª. Juliana Almeida Barroso Moreti (OAB/DF n.º 21.249), conforme procuração e substabelecimento constantes de fls. 42 e 44 do e-doc 2452C2F7.



Sindetran/DF;

III. encaminhar os autos à Sala de Atendimento ao Público, para as providências necessárias, devendo, na sequência, retornarem a este Gabinete, para continuidade do exame da matéria.

Brasília (DF), 06 de novembro de 2023.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA
Conselheiro - Relator